

Direção do IPC já admite os prejuízos

BRASÍLIA — Os integrantes do conselho diretor do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) já estão convencidos de que as aplicações financeiras feitas pelo ex-presidente da instituição, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), foram lesivas ao patrimônio da entidade — Faria adquiriu títulos financeiros por preços até quatro vezes superiores aos de mercado.

O IPC é um fundo previdenciário que auxilia os parlamentares e funcionários do Congresso Nacional. É administrado por uma diretoria escolhida entre deputados e senadores. Em sua gestão como presidente, Gustavo de Faria aplicou US\$ 12 milhões do instituto na compra de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), títulos da Eletrobrás e debêntures de casas em Búzios.

De acordo com o atual tesoureiro do IPC, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), "as operações foram evidentemente lesivas". Os títulos têm rendimento igual ao da Caderneta de Poupança, com a agravante, no entanto, de terem prazos longos para resgate. "Há títulos cujo prazo de resgate se estende a dez anos", reclama o tesoureiro do IPC. "Nós precisamos dispor do fundo sempre, para podermos pagar as pensões e demais benefícios."

Esta semana, o conselho ouvirá outros possíveis envolvidos na compra dos títulos. O objetivo dos diretores do IPC é conseguir, no mínimo, o ressarcimento do dinheiro aplicado. Mas isso não impedirá que Gustavo de Faria e os demais implicados (se existirem) venham a ser incriminados judicialmente por estelionato e apropriação indébita.